



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2017

Presidente

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

Deputados

Carlos Eduardo Melo Braga

Cláudio Manuel Pacheco Medeiros

António José de Braga Sousa

Bruno Furtado Moniz

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

André Filipe Vicente Mansinho

Alexandre Custódio Batista Câmara
Amaral

Bruno Miguel Arruda Machado

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

Zenaide Margarida Soares Henrique

Gilberto de Medeiros Caetano

Cláudia de Jesus Lima Cabral

João Alberto Carreiro de Medeiros Simas

Emanuel Frias Santos

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Edgardo Costa Madeira

António José Santos Ponte

Dinarte José Resendes Sardinha

Emanuel de Sousa Medeiros

Maria da Conceição Frias Santos

Arménio Maurino Correia Jardim

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte José Eduardo Costa

Secretários

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2017

ÍNDICE

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - PROC.º N.º 1732/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - RECRUTAMENTO - AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

PONTO DOIS - PROC.º 7346/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PEDIDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS /2017 - FREGUESIA DE PONTA GARÇA

PONTO TRÊS - PROC.º N.º 1962/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

PONTO QUATRO - PROC.º N.º 1865/2017 - INFORMAÇÃO - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO FINANCEIRO - EXERCÍCIO DE 2017 - 3.º TRIMESTRE ACUMULADO

PONTO CINCO - PROC.º N.º 1880/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018

PONTO SEIS - PROC.º N.º 1881/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) - FIXAÇÃO DAS TAXAS PARA O ANO DE 2018

PONTO SETE - PROC.º N.º 1882/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018

PONTO OITO - PROC.º N.º 1883/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018

PONTO NOVE - PROC.º N.º 1971/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - 4.ª REVISÃO ORÇAMENTAL

PONTO DEZ - PROC.º N.º 1956/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2018



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência da senhora, Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, secretariado pela senhora Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e pela senhora Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte, respetivamente na qualidade de primeira e segundas secretárias da Mesa da Assembleia. -----

A senhora Presidente declarou aberta a sessão eram 20 horas. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no número 3 do artigo 60º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, a Presidente da Assembleia Municipal, instalou como membro da mesma mesa a senhora, Cláudia de Jesus Lima Cabral, residente na Rua Professor Eduíno Terra Vargas, nº 21, freguesia de Ponta Garça, concelho de Vila Franca do Campo, com o cartão de cidadão número 13452994, inscrito na comissão de recenseamento da freguesia de Ponta Garça com o número de eleitor 3460, eleita pela lista do PPD/PSD, que por motivos profissionais inadiáveis, não esteve presente na primeira sessão de instalação da Assembleia Municipal.-----

Seguidamente foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes desse órgão verificando-se não haver faltas a registar. -----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues e os vereadores, Sabrina Marília Coutinho Furtado, Carlos Melo Pimentel, Conceição de Jesus Botelho Quental, Nélia Maria Silva Alves Guimarães e Arnaldo Manuel Guerreiro de Sousa, não estando presente o vereador Gonçalo Patrício Fontes Dias. -----



Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 28 outubro de 2017, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS:

Pediu o uso da palavra, o presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, para apresentar o voto de pesar que a seguir se transcreve.-----

“Voto de pesar

António Manuel Torcato da câmara Carvalho nasceu a 21 de Dezembro 1933 na freguesia de S. Pedro, em Vila Franca do Campo. Filho de Maria ÂNGELA Câmara carvalho, doméstica e de Manuel Jacinto Carvalho, comerciante, fez os seus estudos primários em Vila Franca e os secundários em Ponta Delgada, no final dos anos cinquenta concluiu a sua formação como professor do ensino primário. Casou-se em 1960 com a colega Maria Altina Alves de Sousa com quem teve dois filhos.

Na segunda metade da década de sessenta foi durante breve período presidente da junta de freguesia de S. Pedro, de 1968 a 1969.

António Carvalho viveu em criança e adolescente uma época de carência social acentuada, quando a freguesia de S. Pedro dependia em grande parte da olaria, com diversas tendas de oleiro, a prover o sustento das famílias. O seu pai possuía uma taberna e o forno comunitário onde se cozia a chamada louça da Vila e a sua mãe, tia e avó confeccionavam as célebres queijadas da vila, de modo que o jovem experienciou todo esse ambiente. Quando tinha seis anos decorreu a Segunda Grande Guerra, cujos ecos se fizeram sentir também nos Açores, com a movimentação de tropas, uma vez que esta região era cobiçada tanto pelas forças do Eixo como pelos Aliados. As suas memórias estavam pejadas dessas vivências e a elas se referia frequentemente.

Durante cerca de trinta anos exerceu a docência em diversas escolas do concelho de Vila Franca do Campo e trabalhou, nos últimos anos de profissão, na delegação escolar do concelho. Exigente e algo duro para com os alunos, como mandavam os imperativos da



época, foi também um professor que demonstrava afeto e compreensão pelos seus pupilos.

Para além da sua atividade como professor, António Carvalho que era uma alma sensível, apesar de possuir um feitio reservado, cultivou as letras, escrevendo contos, artigos e poesia que publicava no jornal “A Vila”. Foi também o autor dalgumas das mais belas letras das marchas de S. João, que ainda hoje se realizam no concelho de Vila Franca do Campo.

Faleceu no passado dia 22 de novembro, no Hospital do Divino Espírito Santo.

Para a família vão, desta assembleia, os sentidos pêsames.”

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

De seguida, foi concedida a palavra à senhora, Helena Rodrigues, eleita pelo PS que apresentou o voto que abaixo se transcreve.-----

“Voto de protesto

Durante o mandato anterior, houve sempre um relativo desinteresse por parte do PSD em apresentar alguma proposta ou opinião para melhorar o interesse dos Vilafranquenses.

Durante as Assembleias Municipais a maioria do PSD votava contra ou abstinha-se nas votações.

Era salutar que esta postura fosse modificada no próximo mandato, uma vez que como membros da Assembleia Municipal estamos todos empenhados em darmos o melhor pelo nosso Município.

Era de bom tom que quando tivéssemos de propor alternativas e tomar decisões, os membros da Assembleia mesmo á revelia dos partidos fossem de encontro ao bem estar da população que os elegeram.

Constato pela ata última reunião de Câmara que o PSD não apresentou nenhuma proposta que pudesse contribuir para o orçamento e plano do próximo ano, o que revela falta de interesse pelos destinos do concelho.”



O membro da assembleia municipal, Hélder Medeiros, pediu a palavra para apresentar saudações a todos os presentes e desejar as maiores felicidades no desempenho das suas funções. Sobre o voto de protesto apresentado fez questão de contrariar a senhora Helena Rodrigues, dizendo não ser verdade a falta de intervenção por parte do PSD no mandato anterior e, para registar o que afirmou, mencionou vários assuntos que o seu Partido, por inúmeras vezes, alertou a Assembleia Municipal, nomeadamente no que diz respeito à conclusão da obra da Capela da Luz Eterna, que esteve 8 anos parada; alguns caminhos em Ponta Garça que careciam de intervenção, assim como a sinalização das vias onde referiu haver grande necessidade de revisão. No seguimento da sua intervenção informou que o porta-voz do PSD, na Assembleia Municipal, seria dali para a frente o senhor Carlos Eduardo Melo Braga e concluindo manifestou interesse em que se fizesse a alteração do regimento da assembleia municipal e esclareceu que as razões se prendiam essencialmente com os pontos que eram levados à Assembleia. Referiu que, quando se incluía num ponto várias matérias que deveriam ser tratados individualmente, tal situação, inviabilizava muitas vezes um voto que seria favorável. Se os pontos pudessem ser votados separadamente as votações seriam diferentes. Referiu que, muitas vezes, o votar na abstenção era a única saída, ou seja, quem votava na abstenção não demonstrava não ter opinião, mas sim que tinha falta de oportunidade para intervir.-----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi conferida, após saudação à presidente da Assembleia Municipal, respondeu à intervenção do senhor Hélder Medeiros relativamente à explanação desse, aquando do voto de protesto apresentado pela senhora Helena Rodrigues. Começou por dizer que em democracia dizer o que se pensava era normal. O que não era normal em democracia era não votar e não dar alternativas. Referiu que as propostas eram feitas nas reuniões da Câmara Municipal e o que não se entendia era que a oposição não trazia propostas para as reuniões e, no entanto, votava contra ou então abstinha-se. Frisou que o arranjo do piso dos caminhos da freguesia da Ponta Garça era competência do Governo Regional e para, além disso, referiu que o presidente da junta de Freguesia de Ponta Garça tinha essa resolução no seu manifesto. Relativamente à *Capela da Luz Eterna* referiu que a mesma estava em obras. Salientou que era uma obra de difícil execução. Relativamente à revisão do regimento referiu que achava bem. Até então as votações eram feitas na sua plenitude e não havia



outra forma de o fazer. Referiu ser lamentável que o único partido da oposição não ter tido qualquer opinião/ideia para o Plano e Orçamento. -----

Colocado a votação o voto de protesto, foi aprovado por maioria, com 10 votos contra por parte do PSD e os restantes a favor.-----

O Presidente da Câmara Municipal, solicitou novamente a palavra para esclarecer sobre a notícia divulgada nos meios de comunicação social e que se relacionava com o facto de recebido aos gritos a senhora vereadora do PSD, Sabrina Coutinho, na primeira reunião da câmara. Referiu não ter respondido publicamente ao noticiado porque achava que deveria dar uma explicação na sessão assembleia. Assim sendo, começou por relatar que, no cumprimento habitual antes das reuniões, perante todos os presentes, ao estender a mão à vereadora em questão, a mesma retribuiu o aberto de mão, mas com a cara virada para o lado, não olhando o presidente da Câmara de frente, como é apanágio de uma boa educação esclareceu que chamou a senhora vereadora de malcriada e que doravante não tinha intenção de a cumprimentar mais. Referiu ainda que o seu tom de voz não tomou a dimensão de gritos, mas de consternação de quem se sentiu ofendido, por uma ação que nada teve de cordial. -----

A vereadora Sabrina Coutinho solicitou a palavra, no entanto, o Presidente da Câmara, a quem compete ceder a intervenção dos vereadores nas sessões da Assembleia Municipal, não a concedeu. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM - PROC.º N.º 1732/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - RECRUTAMENTO - AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

Foi presente à sessão a proposta da Câmara Municipal, para a autorização de abertura de procedimentos concursais.-----



A senhora Margarida Pinheiro, eleita pelo grupo do PS, pediu a palavra e referiu, em nome do Partido Socialista, que a abertura dos concursos seriam uma mais-valia para o município. A proposta comportaria a abertura de 2 concursos para técnicos superiores na área da museologia e da arqueologia. Considerando que Vila Franca do Campo era uma Vila com um grande valor patrimonial que necessitava ser preservado e com uma riquíssima história que interessava dar continuidade, era importante a câmara municipal ter esses dois técnicos nos seus quadros. As outras 2 vagas surgiriam, para dar cobertura à escassez de pessoal nomeadamente nas áreas administrativa, Assistente Técnico e no serviço de redes de água, Assistente Operacional, especificamente para a função de canalizador. -----

O senhor Carlos Braga, porta-voz do PSD, pediu a palavra para explicar que seria difícil votar esse ponto como sendo único, considerando que não concordavam com a abertura do concurso para um técnico superior na área de arqueologia, atendendo que existiam outras prioridades para o concelho e, nesse sentido, sugeriu que esse ponto da ordem do dia, fosse dividido para que fossem votados individualmente. -----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi conferida, disse que tinha que haver alguém especializado na área da museologia para gerir o museu de Vila Franca. Referiu que havia uma técnica superior, em prestação de serviços, mas que essa situação não duraria para sempre. Relembrou que o manifesto do PPD/PSD dizia que Vila Franca era rica em história e que havia necessidade de preservar o seu património, pelo que, considerou a opinião apresentada contraditória. Acrescentou ainda que era muito importante sabermos sobre o nosso passado, nomeadamente que Foral deu origem à nossa Vila Franca. Concluiu afirmando que a Câmara Municipal sairia beneficiada com um estudo arqueológico profundo. -----

De seguida o senhor Hélder Medeiros, pediu a palavra e tornou a frisar a opinião de que as vagas para abertura dos concursos deveriam ser ponderadas cada uma por si, em diferentes pontos da agenda. Afirmou que concordava com o Técnico Superior, na área de museologia, mas não com o de arqueologia porque não deixaria de ser uma obra que muito bem se poderia encomendar e até concretizá-la com um contrato de avença. Por



outro lado, lembrou que a jurista que prestava serviço à Câmara de Vila Franca, continuava há anos, num contrato de avença e considerava ser essa uma área muito importante. Frisou que o voto contra, na abertura de vaga na área de arqueologia, basear-se-ia, não só, no facto de não ter sido apresentada uma proposta fundamentada, mas também pela necessidade de serem ocupadas outras áreas, como por exemplo a área jurídica. -----

O Presidente da Câmara, solicitando de novo a palavra, referiu que os Concursos eram autónomos, ou seja, cada um tinha a sua abertura. Assim sendo, eram 4 concursos e propôs que se fizesse uma votação para cada um dos concursos. -----

Colocada a votação, sob proposta do presidente da Câmara Municipal, a mesa da Assembleia aceitou que o assunto fosse apreciado e votado faseadamente. Assim, foi deliberado por unanimidade, a autorização para a abertura de procedimentos concursais, para o recrutamento de um técnico superior, na área de museologia, um assistente operacional e um assistente técnico. -----

Mais deliberou a Assembleia, por maioria, autorizar a abertura do procedimento concursal para um técnico superior, na área de arqueologia. Votaram contra os membros da Assembleia eleitos pelo PSD, com exceção do Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, que se absteve.-----

PONTO DOIS - PROC.º 7346/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PEDIDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS /2017 - FREGUESIA DE PONTA GARÇA

Foi presente à sessão um pedido de Delegação de Competências/2017, para a freguesia de Ponta Garça, que será acompanhada dos recursos financeiros necessários, no montante de 12 000.00 euros. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, senhor José Eduardo Costa, agradeceu à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo o apoio recebido, para fazer face à



conservação dos caminhos danificados pelas últimas chuvadas. Referiu-se à situação financeira precária que encontrou na Junta de Freguesia, o que fez com que não tivesse margem de manobra para despesas, pagamentos de dívidas e até mesmos para as obrigações de pagamentos como as dos vencimentos. -----

Colocado a votação, a assembleia aprovou por unanimidade. -----

PONTO TRÊS - PROC.º N.º 1962/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

Foi presente à sessão a proposta de deliberação para a Prestação de Serviços – Revisor Oficial de Contas (ROC). -----

Posta a votação, a Assembleia aprovou por unanimidade. -----

PONTO QUATRO - PROC.º N.º 1865/2017 - INFORMAÇÃO - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO FINANCEIRO - EXERCÍCIO DE 2017 - 3.º TRIMESTRE ACUMULADO

Foi presente à sessão a informação sobre o Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano financeiro – Exercício de 2017 – 3º Trimestre Acumulado. -----

O membro da Assembleia Municipal, Bruno Moniz, pediu a palavra para levantar algumas questões sobre o relatório apresentado, nomeadamente quanto à internalização das empresas. Relativamente a essa questão o Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi conferido, respondeu que muito em breve teria uma reunião com o FAM e consequentemente aguardar-se-ia o agendamento do Tribunal de Contas. -----

A Assembleia Municipal, tomou conhecimento. -----

PONTO CINCO - PROC.º N.º 1880/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018



Foi presente à sessão a proposta de deliberação sobre a participação variável no IRS para o ano económico de 2018. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi concedido, referiu que as dívidas das empresas municipais ainda não tinham sido internalizadas e assim que isso acontecesse ir-se-ia certamente cortar em bens e serviços para fazer face ao pagamento dessas dívidas. -----

Solicitou a palavra o Senhor Bruno Moniz que questionou o Presidente da Câmara sobre para quando seria essa internalização, ao que o Presidente da Câmara respondeu que o processo estava em averiguações no Tribunal de Contas e que certamente dentro de dias se saberia algo. -----

Colocado a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com abstenção dos membros do PSD, à exceção do Senhor Bruno Machado e do Presidente da Junta de freguesia da Ribeira Seca.-----

**PONTO SEIS - PROC.º N.º 1881/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO -
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) - FIXAÇÃO DAS TAXAS
PARA O ANO DE 2018**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação sobre o imposto sobre imóveis (IMI) – para a fixação das taxas para o ano de 2018.-----

Colocado a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com abstenção dos membros do PSD, à exceção do Senhor Bruno Machado e do presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, que votaram a favor.-----



PONTO SETE - PROC.º N.º 1882/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018

Foi presente à sessão a proposta de deliberação sobre o Lançamento de Derrama para o ano económico de 2018. -----

Colocado a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com abstenção dos membros do PSD, à exceção do Senhor Bruno Machado e do Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, que votaram a favor.-----

PONTO OITO - PROC.º N.º 1883/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018

Foi presente à sessão a proposta de deliberação, para a fixação do Valor da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano económico de 2018. -----

Colocado a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com abstenção dos membros do PSD, à exceção do Senhor Bruno Machado e do Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, que votaram a favor. -----

PONTO NOVE - PROC.º N.º 1971/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - 4.ª REVISÃO ORÇAMENTAL

Foi presente à sessão a proposta de deliberação da 4ª Revisão Orçamental. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Água d'Alto, Emanuel Frias, pediu a palavra para se manifestar a favor da aquisição de novas viaturas para o parque de máquinas municipal, considerando que as mesmas eram de suma importância no auxílio à população do concelho. -----



O porta-voz do PSD, Senhor Carlos Braga, também pediu a palavra e referiu que, nesse ponto da ordem de trabalhos, verificava-se o mesmo problema do ponto número um. À semelhança da abertura dos concursos para as diferentes áreas profissionais também a aquisição de viaturas deveria estar incluída na mesma revisão. Solicitou que a votação fosse faseada porque concordavam com a aquisição das viaturas para o parque de máquinas mas discordavam da aquisição da viatura para a vereação. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu que a viatura ao serviço da Presidência tinha que estar disponível 24 horas, caso aparecessem situações imprevistas. Afirmou que o carro não era um carro de luxo e que já tinha alguns anos. Assim sendo, as vereadoras necessitavam de um carro, uma vez que tinham os pelouros da habitação e da cultura, além de que, muitas vezes, tinham de sair com as suas próprias viaturas para reuniões de trabalho fora do concelho e visitas pontuais relacionadas com cada área. Informou que a aquisição era muito modesta e que não era uma extravagância. O mais barato que se encontrara no mercado automóvel, disse ainda que a Câmara Municipal tinha autoridade moral para a referida aquisição, para além de ser um ato de justiça. Informou ainda que seria intenção da Câmara Municipal, para o próximo ano, adquirir mais duas viaturas para os encarregados, considerando que as existentes estavam em muito mau estado, para circulação. -----

O membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros, pediu a palavra para mostrar também o seu desacordo face à aquisição da viatura para as vereadoras. Fez um apelo ao espírito de sacrifício, para que continuassem a usar os seus próprios carros e, assim, ficariam mais verbas disponíveis para outras áreas mais necessitadas. Afirmou que noutros mandatos nunca tinha havido carros para a vereação. -----

O Presidente da Câmara retomou a sua intervenção e fez lembrar à Assembleia Municipal que noutros mandatos houve um carro de marca Peugeot, que durara 33 anos e que tinha servido os vereadores, porém como era previsível, se tinha estragado e recentemente tinha sido abatido. -----



Colocada a votação, sob proposta do presidente da Câmara Municipal, a mesa da Assembleia aceitou que o assunto fosse apreciado e votado faseadamente. Assim, foi deliberado por unanimidade a aquisição de 3 viaturas para o Parque de Máquinas. Mais deliberou a Assembleia, por maioria, aprovar a aquisição de uma viatura para a vereação. Votaram contra os membros da Assembleia eleitos pelo PSD, com exceção da senhora Sêfora Costa Correia e do Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, que se abstiveram. -----

PONTO DEZ - PROC.º N.º 1956/2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2018

Foi presente à sessão a proposta de deliberação das opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018. -----

O Presidente da Junta de freguesia de São Pedro, Flávio Pacheco, pediu a palavra para tecer algumas considerações abonatórias sobre o plano e orçamento da Câmara Municipal para 2018. Realçou com satisfação o acréscimo nas atribuições de competências às juntas de freguesia e os subsídios para as associações recreativas e culturais, o pagamento da dívida, a atenção e o respeito pelos trabalhadores dos diferentes sectores da Câmara Municipal. O Orçamento apresentado era exequível, inteligente e com uma visão de equilíbrio sustentável. -----

Por sua vez, o Presidente da Junta de Freguesia de Água d'Alto, Emanuel Frias, associando-se ao Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, também quis deixar registado o quão positivo se apresentava o plano e o orçamento para o ano que se aproximava. Começou por referir à intervenção da Câmara Municipal, dispensando 50 mil euros, para investimento no centro histórico de Água d'Alto, mais propriamente no parque perto do café *Lagoinha*, ponto de referência para muitos residentes no concelho e fora dele. A seguir mencionou as obras nos campos de jogos da Mãe de Deus e no de Ponta Garça, o Mercado de Peixe e concluiu referindo-se à mais-valia no apoio previsto às instituições e juntas de freguesia.-----



O porta-voz do PSD, senhor Carlos Braga, após lhe ter sido cedida a palavra, perguntou se já tinham sido aprovados os fundos comunitários para as candidaturas do Campo de Jogos da Mãe de Deus e do Mercado de Peixe e para quando estava previsto a sua aplicabilidade. -----

O Presidente da Câmara respondeu que a candidatura do Campo de Jogos já se encontrava aprovada, incluída no plano PIRUS e que brevemente seria lançada a concurso. Relativamente aos outros investimentos referiu que os concursos iriam ser lançados brevemente. -----

O membro da assembleia Municipal, Hélder Medeiros, pediu a palavra, para tecer alguns comentários sobre o mesmo ponto, nomeadamente sobre o início das obras de recuperação do Campo de Jogos de Vila Franca do Campo. Salientou a importância daquele campo na história recente de Vila Franca do Campo e ao facto do futebol, ter o poder de juntar as pessoas, independente de pertencer a determinado clube ou partido. De seguida, alertou a Câmara Municipal para a necessidade de se rever o contrato de locação do armazém no parque industrial, uma vez que 3 000.00 euros não deixavam de ser um valor exorbitante, tendo em conta que haveria possibilidade de se ocupar outro espaço nomeadamente o antigo armazém na Rua dos Matões. Questionou ainda sobre o andamento do projeto do canil. Finalmente e, em tom de advertência, pediu para que o órgão executivo tentasse fazer as obras planeadas, durante o mandato e não no fim do mesmo, como acontecera no mandato anterior. -----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi conferida, respondeu que tinha ficado surpreendido ao ouvir o senhor Hélder Medeiros falar sobre o Campo de Jogos da Mãe de Deus, considerando que fora o partido político do mesmo, PPD/PSD, que o tinha fechado e que, por razões de responsabilidades financeiras, a situação mantivera-se até ao mandato atual. Afirmou ainda que não tinham sido as reivindicações do PSD que o tinham movido para avançar com a obra, a verdade era que não havia Fundos Comunitários e, por tal, não se podia dar início às obras, para além de considerar não ser uma prioridade naquele mandato. Acrescentou que os problemas das pessoas



estavam em primeiro lugar e que o exposto pelo membro da assembleia Helder Medeiros não era senão uma reclamação contra o partido PPD/PSD. Relativamente ao armazém referiu que esse servia a autarquia na medida em que guardava o espólio do museu, dada as más condições do edifício de onde eram provenientes. Quanto ao aplicar esse dinheiro, num outro armazém, era de todo impossível dado que não se podia contrair mais nenhuma dívida e o mesmo se aplicava à reabilitação dos armazéns existentes. Concluiu dizendo que sem Fundos Comunitários para essa reabilitação nada poderia ser feito, uma vez que não se podia pedir dinheiro emprestado à banca, tendo em conta a dimensão da dívida do município. No que diz respeito ao Canil Municipal explicou que a Câmara Municipal fizera um acordo com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, no qual constava que os animais seriam encaminhados para o Canil de Ponta Delgada, pagando-se conforme fora estipulado. Tal medida saía mais barata do que a construção de um novo canil. -----

O membro da Assembleia Municipal, João Simas, pediu a palavra para falar novamente sobre a questão do armazém da Zona Industrial, considerando ser um exagero o que se paga pela renda ao respetivo proprietário. Fez questão de dizer que, em dois mandatos, o orçamento da Câmara disponibilizava sensivelmente 300 e tal mil euros, valor que, segundo ele, daria para a construção de um novo armazém camarário. Concluiu, dando a sugestão do aproveitamento do antigo armazém na rua dos Matões, que se encontrava atualmente infestado de ratos e pombas. -----

O Presidente da Câmara Municipal em resposta à questão anterior, disse que a autarquia não possuía nem tinha disponíveis 100 mil euros para a construção do referido armazém. Naquele caso, referiu, o arrendamento foi a forma mais adequada. Quando aos apartamentos lá existentes, disse que na realidade não eram apartamentos, eram espaços vocacionados para tal, mas que não estavam habitados nem habilitados para a habitação porque não eram legais. Ainda sobre as críticas ao plano e orçamento para 2018 por parte da oposição, o Presidente da Câmara tornou a fazer um apelo para a apresentação de propostas, ao que o senhor Helder Medeiros respondeu que não valeria a pena porque seriam chumbadas. Perante o apresentado, o Presidente da Câmara Municipal retorquiu que, mesmo que o fossem, seria dado conhecimento das propostas apresentadas pela oposição. -----



O membro da Assembleia Municipal, Bruno Moniz, pediu a palavra para expor duas dúvidas. A primeira prendia-se com a apresentação ou não à Assembleia Municipal das contas das Empresas Municipais e da Fundação Escola Profissional e a segunda estaria relacionada com os subsídios às Associações Culturais. -----

Tendo em conta as questões apresentadas o Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi concedida, respondeu que as empresas municipais não estavam obrigadas a apresentar nada à Assembleia Municipal, mas sim à Câmara Municipal e essa não transferia dinheiro para elas. A autarquia era apenas acionista. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção do grupo eleito pelo PSD, à exceção do Presidente da Junta da Ribeira Seca que votou favoravelmente.

Após a votação, o Presidente da Câmara Municipal, quis deixar registado a invocação do membro da Assembleia Hélder Medeiros, quando se referiu aos valores exíguos de 23 mil euros para um carro e 20 mil euros, para a abertura de uma vaga para um técnico superior, em comparação com os 9 milhões no orçamento para 2018. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberto o período destinado à intervenção do público, a Presidente da Assembleia informou que esse tinha a duração de 30 minutos cabendo, no máximo, a cada pessoa, 5 minutos de intervenção. Para isso cada cidadão tinha que referir o nome completo, morada e o assunto/os apresentar. -----

Entre o público presente, inscreveu-se para intervenção o munícipe – José Fernando Pimentel da Costa, residente na Rua dos Oleiros, nº 15 freguesia de São Miguel, concelho de Vila Franca do Campo, com a indicação de se debruçar sobre as obras que decorriam na orla marítima, mais propriamente no início da Avenida Vasco da Silveira, sobre o



antigo mercado de peixe e sobre o edifício destruído onde, em tempos idos, foi o armazém dos “Pareces”. -----

Assim, foi dada a palavra ao referido munícipe que, começou por discordar da ideia de que o barracão, de antigo mercado de peixe, fosse modificado para restaurante. Contestou a rampa que estava a ser construída na citada Avenida afirmando que, a mesma, não se vislumbrava segura tendo em conta as ondas de grandes dimensões que iriam, em alturas de mau tempo, destruir tudo. Classificou as obras na Marina da Vila como sendo obras sem estética alguma e que os armazéns estavam a ser mal construídos, devendo-se corrigir a altura dos mesmos para impedir que o mar, em alturas de mau tempo, os inundasse. Mencionou também a falta de sinalética, naquela zona e em toda a Vila Franca. Por último, referiu que as pedras que existiam ao longo daquela avenida e ao pé do cais eram proibidas de se levar, estavam todas tapadas pelos blocos de cimento. Finalizou referindo a hipotética construção de Hotel na orla marítima da Freguesia de São Pedro. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em pleno uso da palavra, dirigiu-se ao munícipe que, entretanto, terminara a sua intervenção e disse-lhe que era natural que o munícipe tivesse as suas próprias ideias/opiniões e que ele, como presidente que se tinha candidatado à presidência do município, também tinha as suas e que, pela condição inerente ao cargo, podia pô-las em prática. Relativamente ao barracão referiu que a Câmara iria ter a preocupação de o reabilitar e de o dar à iniciativa privada. Esclareceu que as obras no Porto de Pesca eram a competência do Governo Regional e que a Câmara não era responsável por tais obras. Esclareceu ainda que os armazéns da Marina estavam muito bem construídos e que iriam ficar bem construídos para as instituições que quisessem ali se fixar. Explicou que a sinalética estava a ser estudada por uma empresa e que iria haver placas descritivas dos edifícios e locais de Vila Franca do Campo. Todas as freguesias iriam ter painéis informativos e roteiros, assim como rede de Wi-Fi. Frisou que, assim que, os Fundos Comunitários fossem aprovados o designado entraria em execução. Relativamente à remodelação/obras na Avenida Vasco da Silveira, referiu que as mesmas foram iniciadas por motivos imperiosos, pois o mar estava a fazer escavações que punham em risco a circulação de peões e de viaturas. Dai que a estrada estivesse temporariamente sujeita a um só sentido naquela área. Como solução para o problema tiveram que



conquistar mais uns metros ao mar para assegurar a estrada, aproveitando o espaço para fazer um passadiço. Quanto ao hotel na orla da freguesia de São Pedro, fez questão de dizer que seria uma boa ideia uma vez que atrairia muitos turistas a Vila Franca do Campo, além de que criaria postos de trabalho. -----

A vereadora Sabrina Furtado, que no início da intervenção do público se deslocou para o fim da sala, junto dos munícipes presentes, pediu a palavra à presidente da mesa, que por sua vez, perguntou qual seria o assunto, respondendo que era o mesmo, pelo qual, no início da sessão foi-lhe negada a palavra, quando o Presidente da Câmara expôs o que tinha ouvido na comunicação social. Neste caso e porque os vereadores estão sobre a dependência legal do presidente da Câmara Municipal, em relação às intervenções nas sessões da Assembleia Municipal, a sua intervenção foi-lhe novamente negada, pelo presidente do órgão executivo. -----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 23 horas e 10 minutos, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo. -----

**Declaro ainda que a presente ata contém 19
folhas.** -----

A Presidente da Assembleia Municipal

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

A 1ª Secretária



Maria Paula Carvalho Dias Pimentel